

Capitalismo Dependente e Universidade: Crítica à Decadência Ideológica no Ensino Superior na América Latina

Ana Carla Werneque Ribas¹
Mirella Farias Rocha²

Resumo

Este artigo propõe-se analisar a partir de um estudo teórico bibliográfico a configuração ideológica e cultural das sociedades latino americanas, com ênfase na problematização do papel da Universidade na reprodução do paradigma cultural e sua particularidade no capitalismo dependente. O objetivo da pesquisa é por meio da análise da configuração ideológica e cultural das sociedades latino-americanas, estudar o papel da Universidade na disposição das estruturas sociais e culturais na América Latina, tendo em vista analisar a decadência ideológica e suas expressões particulares no continente. O referencial-teórico- metodológico deriva, essencialmente, da perspectiva dialética-materialista, em uma dimensão, alinhada com o pensamento crítico das ciências sociais latino-americanas.

Palavras-chave: Universidade; Capitalismo Dependente; América Latina; Decadência Ideológica.

Abstract:

This article aims to analyze the theoretical-cultural configuration of Latin American societies, with an emphasis on the problematization of the role of the University in the reproduction of the cultural paradigm and its particularity in dependent capitalism. The objective of the research is to analyze the role of the university in the disposition of social and cultural structures in Latin America, in order to analyze the ideological decadence and its particular expressions in the Latin American societies. The theoretical-methodological referential derives, essentially, from the dialectical-materialist perspective, in a dimension, aligned with the critical thinking of the Latin American social sciences.

Key Words: University; Dependent Capitalism; Latin America; Ideological decadence.

Desenvolvimento Capitalista e Educação: A Educação Requerida pelo Capital e a Decadência Ideológica

Inicialmente é importante assinalar que o desenvolvimento da ciência (e, por decorrência, da produção de conhecimento) não pode se explicar desprendendo-a da realidade na qual ela está inserida, pois é resultado de relações e processos sociais históricos. Sendo assim, partimos do pressuposto que a educação se relaciona com os processos reprodutivos mais amplos. Segundo Mészáros (2005) a educação institucionalizada, em qualquer nível, serviu ao

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro.

propósito de não apenas fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de *gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes*.

Nesse sentido, Tragtenberg (2004) analisa que assim como a religião e o direito, a educação não tem uma história à parte, pois se constitui parte da totalidade dos processos sociais como um todo, captado por suas determinações econômico-sociais. Desse modo, é essencial apreender que a forma assumida pelo processo de trabalho, bem como pelo processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas determinam as características e o significado da educação.

[...] há um deslocamento do conhecimento do trabalhador individual ao coletivo e deste ao capital, que culmina com a indústria moderna, na qual a ciência aparece como força independente do trabalho e a serviço do capital. A qualificação para o trabalho passa a ser controlada por este. Na medida em que o capital detém o conhecimento, ele funda uma distribuição diferencial de saber que legitima a existente na esfera do poder. Constituindo-se em qualificações genéricas, a força de trabalho pode ser formada fora do processo produtivo: na escola (TRAGTENBERG, 2004, p. 78).

Predominando as formas pré-capitalistas de trabalho, a exigência de qualificação formal do trabalhador é inexistente; entretanto com o predomínio das relações capitalistas exige-se o diploma universitário em funções específicas. Temos então a função intelectual: a qual não só irá produzir mesmo no plano simbólico, mas também conduzir a direção moral e intelectual da sociedade de classes, reforçando com o saber o poder existente e sua distribuição desigual. Nesse sistema insere-se a Universidade, pois ela é a porta que dá acesso ao desempenho de certos cargos, obedecendo ao processo de industrialização, onde a alta densidade tecnológica implica funções exercidas por sujeitos que passarão pelas instituições de ensino superior.

A ciência não se desenvolve a partir de uma lógica própria permanente, o tipo de direcionamento e mesmo os recortes de pesquisa com os quais se preocupam os cientistas na atualidade (e ao longo do desenvolvimento do capitalismo) são engendrados pelas exigências objetivas do desenvolvimento do processo de produção capitalista. Dessa maneira, esclarece-se que:

Toda sociedade tem a ciência que lhe é útil e necessária para conservar o sistema vigente. É impensável que venha a produzir outra, que de modo algum lhe interessaria, pois a faria correr o risco de quebra da estrutura existente, pela introdução de novos produtos culturais, especialmente novas concepções ideológicas sobre sua própria realidade [...] A liberdade de criação científica

está diretamente dependente da liberdade concreta de todos os homens no âmbito da comunidade (VIEIRA PINTO, 1979, p.150).

Trata-se de uma ciência que corresponde a uma ordem social historicamente determinada, assim, os obstáculos estão colocados sobre os pilares objetivos de determinações contraditórias. A afirmação de Marx nos Grundrisse contribui para mapear as implicações envolvidas entre a ciência e o desenvolvimento das forças produtivas:

O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele (MARX, 2011 a, p.589).

O trajeto pelo qual a ciência se torna força produtiva imediata é concebido de maneira subordinada à lógica produtivista pautada pelo tempo mínimo e não de acordo com sua utilidade social, assumindo, portanto, a funcionalidade específica que movimenta a valorização do capital, evidenciando, sobretudo no marco do capitalismo contemporâneo, a progressiva perda de conteúdo das atividades humanas – constatação estranha para uma sociedade que se supõe racional (GONÇALVES, 2012). Essas mudanças operadas no âmbito do processo produtivo interferem na organização da ciência, bem como da própria Universidade,

[...] Hoje, ela forma a mão de obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forma os aplicados de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utiliza-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de “um complô de belas almas” recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for (TRAGTENBERG, 2004, p.12).

Nesse processo o Estado irá definir o que seja hierarquia, eficiência e especialização universitárias direta ou indiretamente pelas agências financiadoras, convertendo a ciência em um pressuposto do capital, no qual a eficácia da ideologia do poder burocrático se constituirá no principal meio de reprodução. Assim a Universidade acaba por ser controlada em sua função pedagógica pela burocracia, tendo sua função de pesquisa e outras questões redefinidas fora de seu meio.

Em texto publicado no Caderno Abess, do ano de 1986, o José Paulo Netto, convidado a falar sobre “Teoria, método e história na formação profissional”, aborda a necessidade de extrapolar o quadro profissional para a realização dessa análise, e assim inicia problematizando o cenário mais amplo, o qual ele pontua a partir de três crises: i) crise

universitária; ii) crise político-econômica do capital; iii) e crise do conhecimento. Em seus termos:

A instituição na qual nós operamos como a principal agência de formação, passa por um processo de corrosão interna muito séria. Os quadros do nosso conhecimento social também sofrem esta corrosão e estamos numa realidade sócio histórica que, no mínimo, é muito problemática (NETTO, 1986, p. 45).

A crise a qual Netto (1986) se refere está no quadro mais amplo das consequências da reestruturação da acumulação capitalista a partir da década de 1970. Esse período, segundo Harvey (1992) é marcado por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, por uma enorme mobilidade geográfica do capital e por alterações significativas no consumo. O autor assinala a passagem de um sistema com características de produção rígida (fordismo) e com um suporte de políticas sociais (keynesianismo) de estímulo ao consumo de massa, para um sistema que ele denomina *acumulação flexível*, o qual altera tanto a lógica do consumo como o sistema político-social e cultural anterior. Harvey (1992) acredita que “há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo.” (HARVEY, 1992, p. 7).

Percebemos que as transformações societárias que ocorreram nesse período tiveram rebatimentos em todas as esferas da vida social, tendo suas manifestações no campo do conhecimento, das ideias e dos valores, aspecto que nos interessa aqui, posto que a Universidade é uma instituição importante para a reprodução dos valores societários, valores que são refuncionalizados a partir desse período, e da ascensão da *pós-modernidade*.

A pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. (SIMIONATTO, 2009, p. 94).

Dessa forma a pós-modernidade surge imbricada à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas, ou as chamadas metanarrativas, a grande polêmica dirige-se principalmente contra o marxismo, compreendido equivocadamente como método determinístico e insuficiente para captar as novas alterações da vida social. Nesse interim a razão dialética é colocada em xeque, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. A produção do conhecimento passa a centrar-se nas práticas discursivas, bem como no superdimensionamento do cotidiano, na tematização dos “novos sujeitos sociais”, no

campo das ciências sociais desencadeiam metodologias enraizadas em abordagens individualistas e culturalistas, pois assim possibilitaria uma maior aproximação com o mundo vivido por esses sujeitos (SIMIONATTO, 2009).

Cueva (1989) analisa que as transformações na acumulação do capital provocaram mudanças na cultura ocidental, nesse período, no qual se observou a ascensão do pensamento antidemocrático, antipopular e antiprogressista, num quadro que nomeou “tempos conservadores”. Escorsim Netto (2011) nos auxilia na compreensão do pensamento conservador, desde sua origem e funcionalidade:

Enquanto recusa original da ordem burguesa, o pensamento conservador propôs-se como projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático, rechaçando a cultura da Ilustração e os traços mais salientes da Modernidade (autonomia do indivíduo, secularização, industrialização, urbanização), em defesa de valores e instituições pré-capitalistas. Depois de 1848, o conservadorismo, confrontado com a *questão social* e o movimento socialista revolucionário de base operária, rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 69).

De acordo com os estudos de Escorsim Netto (2011), o *conservadorismo clássico* (que vai desde a Revolução Francesa -1789- à Primeira Guerra Mundial -1914) se refuncionaliza a partir de 1848. Deste modo segundo Lara (2013), o medo do movimento revolucionário de 1848 interrompe o ciclo progressista da burguesia e de suas possibilidades teóricas em dar respostas que expressassem a visão de mundo do projeto burguês em ascensão, pois sua perspectiva teórica se choca com os limites do projeto de sociedade. A partir de 1970, surge renovado o *conservadorismo contemporâneo*, o qual apesar de deitar raízes sobre o primeiro, a configuração distinta e mais importante do atual é que “*ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores*” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 16).

Lara (2013), ao resgatar a categoria decadência ideológica reafirma a centralidade da crítica marxiana como resistência teórico-ideológica necessária frente à elaboração do conhecimento ancorado na difusão de metodologias particulares que negam as categorizações teóricas (racionalidade, sujeito, história, emancipação, humanidade e progresso) da tradição moderna. Por isso afirma que

Em oposição às teorias que objetivam justificar a acumulação capitalista e naturalizar a exploração da força de trabalho, a categoria decadência ideológica oferece importantes elementos para a compreensão das ideologias que se propõem neutras e antiontológicas, presentes no pensamento social

com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero e, principalmente, ao esquecimento das análises sobre a luta de classes, o trabalho alienado, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a revolução social. Várias ramificações das ciências do espírito esforçam-se para desenvolverem tradições científicas apologéticas e, em consequência, um discurso ideológico que busca, a qualquer custo, justificar as contradições sociais e negar uma “concepção da História que veja na luta de classes a força motriz do desenvolvimento e no capitalismo uma forma social transitória” (LARA, 2013, p. 92 apud LUKÁCS, 1968, p. 74).

A decadência ideológica anunciada por Marx e Engels e analisada por Lukács se caracteriza como o período marcado pela tentativa de os ideólogos burgueses produzirem conhecimentos que têm como premissa a evasão social, deformada em sentido subjetivista e místico com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital.

A ascensão de um paradigma ídeo-teórico e cultural pós-moderno é próprio dos “tempos conservadores” citados por Cueva (1989), e tem rebatimentos sobre a Universidade. Dissemos anteriormente que Netto (1986) elencou três crises para nesse quadro inserir a problemática da formação profissional em Serviço Social. Importa aqui retomarmos essa análise, pois Netto (1989) reflete ali que a Universidade é um momento, um cristal desse quadro:

No entanto, não é o cristal determinante. A contribuição específica que a Universidade pode dar é *a contribuição na constituição de uma nova cultura* - entendendo-se cultura como um espectro muito amplo, não no seu conceito antropológico. *Tratar-se ia de a Universidade investir-se como construtora de novas visões de mundo* (NETTO, 1986, p. 45, grifo nosso).

Nesse sentido, cabe a análise do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, o qual, ao analisar os padrões de dominação externa que sofrem os países da América Latina, evidencia que as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não somente através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também por meio da incorporação direta de algumas fases dos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento cultural (FERNANDES, 1973).

Sendo assim, a influência dessa dominação assume contornos particulares no desenvolvimento cultural dos países latino-americanos no condicionamento e reforço externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do modelo de desenvolvimento baseado na transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos.

Universidade e Capitalismo Dependente: Particularidade da Decadência Ideológica na América Latina

O debate que preconizamos nesse momento não se dirige como indica Ribeiro (1978), aos que estão contentes com nossas sociedades e com nossas Universidades que as servem ou desservem. Escrevemos para os descontentes que estão predispostos a mudar a América Latina que existe para edificar aqui a primeira civilização solidária.

O papel da Universidade nas sociedades dependentes e seu lugar na luta contra o subdesenvolvimento há muito, transcendeu o âmbito das discussões intramuros de filósofos e pedagogos para interessar e mobilizar a todos. Para isso, questiona-se tanto a estrutura interna da Universidade como o caráter da sociedade em que está inserida, indagando-se como operam ambas para reproduzir o mundo em que vivemos tal qual é.

Ao iniciarmos esse debate, é contundente retomarmos a centralidade da análise crítica a respeito da formação ídeo-teórico e cultural dependente das sociedades latino-americanas, compreendendo que esse processo segue muito atual, do ponto de vista da tendência ao caráter colonial da estrutura política e pedagógica da Universidade.

Ao realizar a crítica à sociologia brasileira, Ramos (1995, p. 36), pontua que “a tomada de consciência da sociologia no Brasil é um fato recente na evolução do pensamento sociológico” considerando que a disciplina sociológica no Brasil estava incapacitada para tornar-se suporte de uma interpretação objetiva da realidade brasileira. São raros os esforços na disciplina sociológica que dispusesse a um trabalho científico a partir de um compromisso com a sua particular circunstância nacional.

Para tanto Ramos (1995), explica historicamente a raridade e o caráter excepcional destes esforços. A cultura brasileira e da América Latina não poderia furtar-se à lógica da situação colonial. Países descobertos e formados por colonizadores haveria de percorrer impreterivelmente todas as fases do processo colonial. Assim, a raridade de tal compromisso é sociologicamente compreensível, haja vista que, a lógica da situação colonial em que a exploração econômica alia-se com outras formas complementares de dependência. Ramos (1995) comenta as influências desse processo sobre a disciplina sociológica no Brasil:

A disciplina sociológica, no Brasil e nos países de formação semelhante, como os da América Latina, tem evoluído até agora, segundo influências exógenas que impediam, neles o desenvolvimento de um pensamento científico autêntico ou em estreita correspondência com as circunstâncias particulares desses países. Assim, a disciplina sociológica nesses países se constitui de glosas de atitudes, posições doutrinárias e fórmulas de salvação produzidas alhures, ou ilustra menos o esforço do sociólogo para compreender a sua sociedade, do que para se informar da produção dos sociólogos estrangeiros (RAMOS, 1995, p. 37).

Até as primeiras décadas do século XX, em geral, sustenta Marini (1992), que o pensamento latino-americano restringia-se ao *liberalismo* e ao *positivismo*³, ocorria uma imitação das correntes que predominavam na Europa. A adoção literal de uma tendência “importadora” do pensamento social, advinda essencialmente dos centros europeus e norte-americanos, continua sendo admitida na sociologia, bem como na atividade científica como o mais avançado, impedindo assim, o desenvolvimento de um pensamento autêntico, capaz de explicar desde dentro a realidade latino-americana.

Assim, o saber colonizado ou a “perspectiva eurocêntrica” torna-se a principal marca das Universidades latino-americanas, que se evidencia no plano teórico, pela importação mecânica de modelos estrangeiros para a compreensão de nossa realidade e o conseqüente desprezo pela produção intelectual local. De acordo com Quijano (2005), “la perspectiva eurocéntrica de conocimiento opera como un espejo que distorsionado que refleja. Es decir, la imagen que encontramos en ese espejo no es del todo quimérica” (QUIJANO, 2005, p.225).

A análise de Aníbal Quijano (2005) utiliza a categoria “eurocentrismo⁴”, refletindo de que se trata de uma construção ideológica que corresponde ao capitalismo, e desse modo, tem como missão, homogeneizar uma visão ídeo-teórica de mundo e de vida, desde um determinado padrão de desenvolvimento, com o objetivo de ocultar a natureza do capitalismo. Em suas palavras:

La modernidad y la racionalidad fueron imaginadas como experiencias y productos exclusivamente europeos. Desde ese punto de vista, las relaciones intersubjetivas y culturales entre Europa, es decir Europa Occidental, y el resto del mundo, fueron codificadas en un juego entero de nuevas categorías: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. En suma, Europa y no-Europa. Incluso así, la única categoría con el debido honor de ser reconocida como el Otro de Europa u “Occidente”, fue “Oriente”. No los “indios” de América, tampoco los “negros” del África. Estos eran simplemente “primitivos”. [...] Esa perspectiva binaria, dualista, de conocimiento, peculiar del eurocentrismo, se impuso como mundialmente hegemónica en el mismo cauce de la expansión del dominio colonial de Europa sobre el mundo. (QUIJANO, 2005, p. 211)

Ao pautarmos no debate teórico-acadêmico o tema da Universidade na relação com o capitalismo dependente, portanto, nosso horizonte de trabalho técnico-científico recai sobre o debate da Universidade para além dos limites da democracia liberal burguesa. Trata-se de

³ Fazer nota de rodapé para explicar as categorias.

⁴ Pretendemos ao problematizar tal categoria, chamar a atenção para a necessidade de pensarmos horizontes categoriais de análise fundamentados na realidade concreta do nosso continente, conduzir a análise ao importante terreno da história, remetendo ao entendimento de que o desenvolvimento da América Latina é singular, e sua apropriação crítica é primordial para o entendimento das peculiares contradições que encerra. Não se trata de abandonar as teorias sociais advindas da Europa ou propriamente o marxismo como se a universalidade de seu pensamento não coubesse na conduta anti-eurocêntrica, pelo contrário significa sobretudo assimilar e continuar criticamente a sua concepção da história e suas análises do capitalismo.

pensar em termos contemporâneos, a função da Universidade pública na América Latina, bem como analisar, histórica e conjunturalmente, suas possibilidades no que se refere à necessária constituição de uma nova cultura, tal como referenciado por Netto (1986), em um contexto dependente nos termos de Marini (2000) e Fernandes (1973), considerando tanto as implicações históricas da dependência para a configuração ídeo-teórica das ciências sociais na América Latina (Ramos, 1995; Quijano, 2005), quanto os ares pós-modernos, os quais refuncionalizam o conservadorismo na contemporaneidade.

Uma sociedade em crise leva a crise para todas as instituições chaves. Nestas instituições, a crise torna-se, frequentemente, mais grave e destrutiva. “Acobertada pelos muros do silêncio e pelos interesses acomodados, a crise lanha o corpo e penetra até ao coração e ao cérebro do organismo, apesar da aparência de vida, de crescimento normal e de exuberância fisiológica” (FERNANDES, 1986, p. 27).

Ribeiro (1978), ao analisar a crise que se defrontam as Universidades modernas, argumenta que essa, se apresenta sob múltiplas formas que permitem caracterizá-la como conjuntural, política, estrutural, intelectual e ideológica. Nas Universidades de capitalismo central, esta crise assume a forma de traumas provenientes de tensões resultantes de inovações nas atividades produtivas e nos serviços, que absorvem conteúdos técnico-científicos cada vez mais ponderáveis, exigindo, uma preparação de nível superior para toda a força de trabalho. Entretanto, nas nações periféricas, os sintomas dessa crise se apresentam como efeitos reflexos, entre os quais, o de desafiar suas Universidades a realizarem a tarefa de auto-superação de suas deficiências para o domínio de um saber novo, ou ver aumentar progressivamente sua defasagem histórica em relação às nações desenvolvidas.

Por essas razões, o problema da crise da Universidade latino-americana deve ser exposto em termos mais precisos:

É preciso um empenho profundo na autonomização cultural, uma visão clara e firme de que a “revolução pelo conhecimento e pela educação” exige que se articule investigação científica criadora, invenção tecnológica, filosófica, pedagógica, literária e linguística com processos substantivos de mudança econômica, cultural e política. A Universidade não constitui uma instituição isolada. Ela é parte dos processos globais de organização e transformação da sociedade. Se os que militam nos quadros humanos da Universidade perderem isso de vista, correm o risco de serem segregados e de deixarem, em consequência, a condução da vida cultural nas mãos daqueles que veem a mudança cultural como uma ameaça política intolerável (FERNANDES, 1984, p.12- 13).

Portanto, trata-se de saber se é possível planejar uma Universidade que seja fator da transformação estrutural em sociedades cuja classe dominante não deseja mais do que a

modernização reflexa como denomina (RIBEIRO,1978), consolidadora de seu domínio. Ao mesmo tempo, questiona-se, quais são as exigências que recaem para as ciências sociais neste processo?

Vieira Pinto (1986) afirma que a Universidade desempenha, infelizmente, um papel de triste relevância na representatividade das forças declinantes, pois cabe a Universidade dos países dependentes ser o principal instrumento de alienação cultural, nesse sentido desempenha suas funções nas únicas condições objetivas que lhe são então oferecidas, procriando as gerações das classes econômicas e culturalmente dominantes, sendo assim

[...] queremos destacar que nossas universidades são, provavelmente, muito mais eficazes como agências de preservação do *status quo* do que seria necessário. Em consequência, tem em si, grande margem de ação renovadora. Isto pressupõe que nossas responsabilidades na manutenção do atraso em nossos países sejam maiores do que gostaríamos de admitir. De fato, em nossas universidades formou-se a maior parte dos quadros da classe dominante que conduziram a América Latina pelo descaminho da atualização histórica, enquanto outras nações, surgidas posteriormente, se nos adiantaram, progredindo pela via da aceleração evolutiva (RIBEIRO, 1978, p.31).

As grandes estruturas universitárias modernas podem ser definidas como produtos da vida de seus povos, como resultantes de sequências históricas especiais. Dessa forma, aos países dependentes cumpre enfrentar a tarefa completamente diversa a essa, no sentido de criar uma Universidade capaz de atuar como motor do desenvolvimento, ou seja, criar uma estrutura universitária que não seja reflexo do desenvolvimento alcançado pelas sociedades, porém seja ela própria, um agente de aceleração do progresso global (RIBEIRO, 1978).

A tarefa que relegamos as Universidades das sociedades periféricas é uma tarefa realizável, pois as instituições sociais não só contribuem para manter as estruturas em que se inserem como podem aspirar também, em certas circunstâncias, a alteração dessas estruturas, sendo assim os poderes modeladores da sociedade sobre as Universidades não são meramente mecânicos. Em vista disso, a classe dominante não pode mais contar tranquilamente com a Universidade como foco das concepções alienadas que favorecem o seu domínio, esse fator liga-se principalmente pela presença cada vez maior de estudantes que querem a Universidade não para se doutorarem, mas para adquirirem conhecimentos que os qualifiquem para o trabalho futuro, que terão que produzir. Sendo assim, a questão da responsabilidade intelectual e do papel político do universitário se cruza, hoje, necessariamente, segundo Fernandes (1975), com o socialismo revolucionário e o que ele representa para a liberação de todo um povo. Não se pode enfrentar tal questão com posições importadas, *made in* Europa

ou Estados Unidos, através das equações que desembocam em um ativismo intelectual abstrato e utópico.

O maior desafio com que defrontamos consiste na visão de Ribeiro (1978), em elaborar um modelo teórico de Universidade capaz de reverter o papel da mesma, dessa maneira Fernandes (1975), admite que a situação do ensino superior é tão grave que precisamos ter a coragem de romper completamente com a ordem educacional vigente, colocando de lado as soluções herdadas do passado remoto ou recente, que representa fator de inibição de qualquer processo profundo e radical de modificação educacional brasileira, devemos ter a ousadia de lançar as bases de uma política educacional adequada as condições da sociedade brasileira e aos nossos propósitos de autonomia nacional e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, para o sociólogo cumpre fixar os caminhos de nossa revolução educacional.

Marini (1977), ao analisar a Universidade brasileira no marco do processo econômico e social do país, tece algumas considerações de caráter geral, em relação à função da Universidade na sociedade capitalista contemporânea e sua relação com o Estado, com a intenção de compreender melhor o papel que cumpre o sistema educativo superior no Brasil.

Como instituição funcional ao sistema de dominação, a Universidade, para esse pensador, cumpre na sociedade burguesa três funções principais, sendo elas: a primeira é a de reprodução das condições ideológicas nas quais a burguesia assenta as bases de sua dominação de classe. Distinguem-se aqui dois níveis. Um primeiro nível está dado pela reprodução, na esfera da Universidade, da divisão do trabalho, da estrutura de autoridade e dos demais elementos constitutivos da dominação burguesa; num segundo nível, a reprodução do sistema de dominação que se dá pela transmissão dos valores ideológicos mediante os quais a burguesia legitima sua dominação- a análise de teorias pedagógicas burguesas nos mostraria como seu conteúdo e seus métodos respondem às fases que atravessa na história a dominação burguesa- no plano mais imediato é possível destacar o fato de que a Universidade transmite, de forma permanente, valores como o individualismo e a competição. É dessa forma que a Universidade reproduz permanentemente a separação entre trabalho manual e intelectual que impera no conjunto da sociedade, forma os quadros diretivos para a vida política e econômica.

A segunda função que cumpre a Universidade burguesa é de ordem econômica e se traduz na transmissão e mesmo criação, através da pesquisa, de técnicas de produção. A Universidade constitui um dos centros fundamentais de concentração da ciência e da técnica, com a finalidade do seu desenvolvimento e transmissão aos que deverão utilizá-las como

meio para levar a cabo a exploração do trabalho em benefício do capital. A terceira função da Universidade burguesa, de caráter político, é a de ser um dos campos no qual a burguesia pode concretizar as alianças de classes que necessita para afirmar sua dominação.

Quando falamos do problema da Universidade, temos que levar em consideração a particularidade de sentido que a palavra tem para nós. Só possuímos de comum com a Universidade enquanto tal o simples nome, pois, o que para nós constituiu historicamente o conceito de Universidade é coisa tão diferente do que ocorreu na Europa que não nos é permitido pensar em termos gerais, como se as nossas Universidades e as europeias fossem por essência a mesma realidade. Importa-nos pensar em concreto e considerar o nosso caso particular a luz da história da nossa formação nacional, onde em dado momento, começam a surgir as escolas superiores e onde, em época recentíssima, se configura a institucionalização do ensino superior brasileiro.

Este marco geral, que nos permite distinguir as funções ideológicas, econômicas e políticas da universidade burguesa, é perfeitamente aplicável à América Latina. Mais que isso, somente o desenvolvimento real da sociedade burguesa latino-americana leva ao surgimento de uma universidade desse tipo. Tal caracterização se verifica mesmo em países que, como o Peru e o México, contaram com instituições universitárias desde o começo da colonização, instituições que tem seguido a pauta da universidade feudal ibérica (a dupla origem da Universidad de México, real e pontificia, ilustra este fato com perfeição). Na medida em que essas sociedades ingressam à fase econômica de tipo capitalista, tais instituições vão se refuncionalizando, até se desprender da antiga pele colonial. Seria interessante, neste sentido, analisar as modificações sofridas pela educação superior no México no período do porfiriato, as vicissitudes da Universidad de México a partir de 1910 e seu ressurgimento sob uma forma modernizada, no período posterior a 1929, coincidentemente com a entrada da sociedade mexicana na etapa de pleno desenvolvimento capitalista, industrial (MARINI, 1977, p. 7).

De acordo com Bueno (2014) em artigo publicado na revista Caros Amigos em edição especial, a qual aborda a temática sobre Universidade, assinala que o ensino superior no Brasil desde seus primeiros cursos, nos tempos do império, centralizou-se na formação da força de trabalho especializada para suprir as necessidades de um governo e da economia nacional. A institucionalização e a organização das Universidades brasileiras desenvolveram-se em um longo processo, de séculos, para que então pudessem desenvolver uma educação de qualidade. Historicamente constata-se que as primeiras instituições com caráter de ensino superior foram implementadas no Brasil nos fins do século XVII no Rio de Janeiro, início do XIX na Bahia, Recife e Minas Gerais seguindo o modelo europeu. Com a chegada da corte portuguesa no país novas demandas surgiram e com isso necessidades de profissionais, basicamente nas áreas de medicina, engenharia, agricultura, artes e, mais tardiamente, direito.

As diversas regulamentações do ensino superior no Brasil acabaram por gerar inúmeras controvérsias na constituição das Universidades. Assim, a Universidade como a que conhecemos hoje, instituição de caráter multidisciplinar, de pesquisa e extensão, só foi mesmo instituída nos anos 1930. Sendo assim, a institucionalização do ensino superior é um fenômeno muito recente, do século XX.

Ribeiro (1978), ao estudar como se desenvolveu as Universidades Francesa, Inglesa, Alemã, Norte-Americana, Soviética e a Latino-Americana, constata que:

De fato, somos herdeiros de um legado e de um fardo. Um legado positivo- muito pouco utilizado- de antecedentes que mostram como, em certas circunstâncias, algumas universidades fizeram-se promotoras da renovação e do progresso; e um legado negativo- o nosso fardo- implícito nos procedimentos pelos quais outras universidades foram levadas a atuar, principalmente, como agentes de consolidação do status quo. Até agora na América Latina, as universidades atuaram especialmente como agentes de manutenção da ordem instituída ou, no máximo, da modernização reflexa de suas sociedades. Colaboraram, pois, na tarefa de converter seus povos em consumidores, mais ou menos, sofisticados, de produtos da civilização industrial. Na qualidade de instituições repetidoras e difusoras de um saber já elaborado em outras partes, nossas universidades contribuíram para integrar suas nações à civilização industrial, como sociedades autônomas, porém para torná-las mais eficazes como entidades dependentes (RIBEIRO, 1978, p. 78- 79).

No tocante a herança dessas experiências estudadas pelo antropólogo Darcy Ribeiro, em matéria de organização universitária, nós latino-americanos recebemos e incorporamos certos aspectos deste fardo de caráter elitista, tão inglês ou alemão de nossas Universidades e a extraordinária capacidade desenvolvida entre nós de mascarar, com disfarces democráticos. Outra carga desta herança é o estilo autocrático com que são ainda exercidas as cátedras na maioria das Universidades latino-americanas.

A terceira carga negativa consiste no caráter burocrático de nossas Universidades, pois operam, muito seguidamente, como órgãos administrativos imbuídos de mentalidade burocrática, exercendo uma verdadeira ditadura junto aos órgãos dedicados à docência e à pesquisa contestando as razões científicas e acadêmicas com o peso de argumentos legais.

Evidentemente, a Universidade latino-americana é fruto de sua sociedade. Subdesenvolvida como a sociedade em que se insere, fundada como entidade alheia mediante projetos estrangeiros que se fixaram não para criar novas sociedades autônomas, dispostas a viver o próprio destino, mas para a satisfação de existência e de prosperidade das sociedades desenvolvidas. Deste modo,

Assim, foram criadas entidades nacionais de feição dependente, e culturas de caráter espúrio, cuja alienação hoje se reflete sobre a universidade através de uma consciência ingênua e externamente induzida sobre a realidade nacional

e mundial. Isto significa que a universidade e sociedade deverão mudar juntas. Significa principalmente, a impossibilidade de projetar-se qualquer mudança na universidade e não ser em função da sociedade, com o objetivo de reformá-la para atuar como agente de transformação nacional no sentido mais favorecedor dos interesses majoritários da população (RIBEIRO, 1978, p. 83).

Em entrevista a Carta Capital Pepe Mujica (Presidente do Uruguai), declara que “a educação é um componente imprescindível para uma sociedade melhor, mas com isso não chega”, reconhece que a formação universitária de caráter contemporâneo sofre e, em grande medida se encontra embebecida de capitalismo por todos os lados, tende a reproduzir ao mesmo tempo quadros intelectuais, acadêmicos que acabam afinal sendo funcionais para o próprio capitalismo, não gera necessariamente intelectuais para uma sociedade diferente ou para que lutem por uma sociedade diferente.

Corroborando com o pensamento de Mujica, entendemos que a Universidade não é uma instituição neutra, é uma instituição de classe, na qual essas contradições aparecem, entretanto, para suplantar esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber objetivo, acima das contradições sociais, algo assim como um Estado bonapartista que, supostamente, estaria acima das classes sociais.

Ao estudarmos o tema da Universidade é fundamental localizarmos a sua função social para além de seu marco aparente - a qual cumpre o papel da produção do conhecimento e da inovação tecnológica em nome do atendimento à comunidade, é necessário evidenciarmos sua essência, onde sua transformação perpassa por uma tarefa que não é de natureza apenas jurídica, institucional e muito menos pedagógica, consiste na transformação de sua essência, convertendo-a de órgão socialmente alienado da realidade latino-americana em fator de transformação progressista dessa mesma realidade. Nesse sentido, é que estabelecemos o nexos da particularidade da Universidade na América Latina, assim como a sua delinquência acadêmica, entendida como:

A delinquência acadêmica caracteriza-se pela existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, em que “administrar” aparece como sinônimo de vigiar e punir - o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em cemitério de vivos (TRAGTENBERG, 2004, p.18).

É evidente que nas ciências sociais a marca da decadência ideológica vem sendo expressa pela ruptura radical operada no clima intelectual nas Universidades latino-americana, onde os professores universitários abandonaram as conquistas teóricas anteriores, alcançadas

principalmente na década de 60 e 70, conforme expressamos no capítulo I desse trabalho, e assumiram sem inibição as “teorias” que simplesmente legitimavam a modernização capitalista em curso (OURIQUES, 2009).

Sendo assim, as condições para que as ciências sociais conquistem novamente a sua legitimidade intelectual e social neste período de crise podem ser expressas em cinco obstáculos a superar em um processo que será necessariamente longo, conforme Ouriques (2009) são eles: O primeiro é a *superação do padrão de trabalho acadêmico*, entre outras características, este padrão está marcado pela insensibilidade intelectual diante dos grandes problemas de nossa época. Essa falta de sensibilidade rende prestígio acadêmico porque supõe um tipo de intelectual cujo trabalho estaria destinado a “civilizar o conflito”.

O segundo obstáculo é que as ciências sociais na América Latina precisam superar o que foi denominado de “*agringalhamento*” da Universidade, fenômeno ocorrido após a adoção por parte de nossos professores de determinado comportamento político- intelectual típico de professor médio dos Estados Unidos. Este agringalhamento não é apresentado como tal; ao contrário aparece precisamente como a conquista de um padrão acadêmico internacional.

A *superação da especialização* constitui no terceiro obstáculo para que os cientistas cumpram relevante papel social na nova conjuntura latino-americana. A quarta carência das ciências sociais corresponde a sua *falta de rigor teórico-metodológico*. Preocupados em acompanhar a “moda” dos centros metropolitanos, os cientistas sociais do nosso continente se limitam em repetir as teorias de seus pares europeus ou estadunidenses. Finalmente o cientista social latino-americano não pode esquecer que está submetido, por condições concretas, resultantes do devenir histórico, ao permanente processo de *colonização intelectual*, assim como o agringalhamento, essa colonização não aparece como tal, mas assume inclusive formas que sugerem precisamente o oposto.

Constata-se que na experiência latino-americana, o período de maior vitalidade das ciências sociais ocorreu quando os intelectuais se debruçaram sobre os grandes problemas sociais do país. O debate sobre a dependência e o subdesenvolvimento, por exemplo, que tornou conhecido muitos intelectuais latino-americanos nos países centrais e em suas principais Universidades, não seria possível sem esta opção política adotada no interior das Universidades da região. Sendo assim, “não será possível superar a decadência programada da universidade latino-americana sem que os universitários de nossa região sacudam de seus ombros esta carga considerável de colonialismo travestida de universalismo (OURIQUES, 2009, p. 37)”.

A Universidade é o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe dominante, porque a ela incube a produção dos próprios esquemas intelectuais de dominação, estabelecendo a pedagogia que satisfaz aos atuais detentores da autoridade política, contendo nos devidos limites a expansão das forças populares que lhes possam disputar o poder. Desse modo, a classe dominante solicita da Universidade acima de tudo as ideias que justifiquem o seu poderio. Em face desse papel que cumpre a Universidade nas sociedades dependentes, Vieira Pinto (1986), aponta que *aos estudantes cabe evidentemente a tarefa de transformar essa instituição, pois são eles os primeiros a empreender a luta pela democratização da Universidade, contra suas estruturas anti-povo, racista e elitista. A análise do autor põe em evidência o papel progressista do Movimento Estudantil, situando-o no centro do momento histórico do processo que então caracterizava como pré-revolucionário.*

Referências bibliográficas

- BUENO, Ana Paula. **A jovem universidade brasileira**. São Paulo: Caros Amigos, set. 2014.
- CUEVA, Augustín. O desenvolvimento do Capitalismo na América Latina. São Paulo: Global, 1983.
- ESCORSIM NETTO, Leila. **O Conservadorismo clássico**. Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- _____. Florestan. **Nova República?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- _____. Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.
- _____. Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: brasiliense, 1984.
- GONÇALVES, Scheilla Nunes. **A produção de conhecimento no capitalismo contemporâneo e a universidade na periferia**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1992.
- LUKÁCS, George. Marx e o problema da decadência ideológica. In: COUTINHO, C. N. (Org.). **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 49-111.
- LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Marx, Marxismo e Serviço Social**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p.91-100, 08 jan. 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 2 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012 (Coleção Pátria Grande/IELA, n. 1)
- MARINI, Ruy Mauro. América Latina: Dependência e Integração. 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.
- MARINI, Ruy Mauro. Origem e trajetória da sociologia latino-americana. In: **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 255 – 268.
- MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. **A Universidade Brasileira**. Revista de Educación Superior, n°22, México, Abril-Junho, 1977.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. Teoria método e história na formação profissional. In: **Caderno ABESS n.1** [O Processo da Formação Profissional do Assistente Social]. São Paulo: Cortez, 1986.

OURIQUES, Nildo; TAVARES, Elaine (Orgs). **O mapa da crise**: a reinvenção das ciências sociais na América Latina. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

REDAÇÃO CARTA MAIOR. Pepe Mujica "Nós socialistas temos que formar a nossa gente". 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Pepe-Mujica-Nos-socialistas-temos-que-formar-nossa-gente-/13/29415>>. Acesso em: 12 maio. 2015.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In:CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009, p. 87-106.

TRAGTENBERG, Mauricio. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). Introdução. In:_____. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 17-52.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **André Gunder Frank** : O enguiço das ciências sociais. Florianópolis: Insular, 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. Álvaro. **A questão da Universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. Álvaro. **Ciência e Existência**: Problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Álvaro. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005. pp.227-278. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>> Acesso em 12 maio. 2015.

